

**PORTARIA G.CEL 15/2024****REGULAMENTO GERAL DA 11ª COPA DE BASQUETEBOL DO ESTADO DE SÃO PAULO****I – DOS OBJETIVOS**

**Artigo 1º** – A 11ª Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo tem por finalidade promover o intercâmbio social e esportivo e desenvolver a prática da modalidade no Estado de São Paulo, estimulando o aproveitamento escolar dos estudantes de ambos os sexos do ensino fundamental e médio, através da prática do esporte.

**II – DA CATEGORIA**

**Artigo 2º** – Será disputada em categoria única, para ambos os sexos.

**Parágrafo Único** – A idade máxima para participação do atleta na Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo será de 16 (dezesseis) anos e a idade mínima de 13 (treze) anos (nascidos em 2008, 2009, 2010 e 2011), completos ou a completar no ano da realização do evento.

**III – PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

**Artigo 3º** – As fases serão realizadas como consta no Calendário Oficial da SESP, disponível no site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br)

**IV – CONGRESSO TÉCNICO**

**Artigo 4º** – Os Congressos Técnicos serão realizados como consta no Calendário Oficial da SESP, disponível no site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br)

**V – DA PARTICIPAÇÃO**

**Artigo 5º** – A Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo é destinada às representações Municipais do Estado de São Paulo e cada Município poderá se fazer representar por apenas uma equipe de cada sexo, cabendo ao mesmo apurar e indicar seu representante.

**Parágrafo Único** – O atleta somente poderá participar por um Município.

**Artigo 6º** – São condições fundamentais para que um atleta ou dirigente participe dos jogos e competições em todas as Fases.

**a)** Constar da Relação Nominal e estar devidamente registrado no Sistema Integrado de Cadastro da CEL aba “Sem Vínculo” e inscrito no evento, no site da SESP ([www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br));

**b)** Apresentar atestado de matrícula e frequência na rede de ensino fundamental ou médio no Estado de São Paulo no ano em curso, em papel timbrado da escola e assinado pelo (a) responsável da mesma;

**c)** Apresentar, antes da sua participação nos jogos ou competições, além da Relação Nominal, um dos documentos originais a seguir:

- Cédula de Identidade, expedida pela Secretaria de Segurança Pública (com data de emissão a partir de 2014).
- Cédula de Identidade Digital (Aplicativo Oficial);
- Cédula de Identidade, expedida pelas Forças Armadas;
- Cédula de Identidade Profissional, expedida por órgãos reconhecidos pela Legislação Federal (CRM/CRO/CREA/OAB/CRF/etc.);
- Técnico, Assistente Técnico e Preparador Físico, deverão estar registrados no Conselho Regional de Educação Física e apresentar documento que o comprove (CREF);
- Passaporte Brasileiro;
- Registro Nacional de Estrangeiro (RNE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Carteira Nacional de Habilitação, inclusive a digital (Aplicativo Oficial);

- Carteira de Registro Nacional Migratório – RNM (Países integrantes do Mercosul)

**d)** Satisfazer a todas as exigências das Portarias e Regulamentos da SESP/CEL;

**e)** O Atleta apenado pela Justiça Desportiva poderá ser inscrito desde que a pena termine até a data do bloqueio da relação nominal previsto no cronograma do evento;

**Parágrafo Único** – Nas Fases Sub-Regional e Regional o responsável pela Diretoria Regional poderá autorizar a participação do atleta mediante apresentação do documento que o identifique.

## **VI – DAS INSCRIÇÕES**

**Artigo 7º** – Os Municípios deverão, através dos seus Gestores de cadastro Municipal, confirmar as inscrições por modalidade e sexo., através de formulário próprio on-line, no Sistema Integrado de Cadastros da CEL, no site da SESP – site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br)

**Artigo 8º** – Os municípios deverão, através dos seus responsáveis legais, cadastrar seus atletas e dirigentes on-line, através do Sistema Integrado de Cadastros da CEL aba “Sem Vínculo”, à disposição no site da SESP site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br) , para viabilizar a inclusão dos mesmos nas Relações Nominais, obedecendo o Calendário Oficial da SESP.

**Parágrafo Primeiro** – Após a inclusão do atleta na Relação Nominal da Fase Sub-Regional e Regional o mesmo não poderá ser substituído.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de litígio ou **desvinculação consensual** entre municípios, com relação à inscrição de atletas, de acordo com **Artigo 6º, Parágrafo 1º ao 8º**, do Cadastro de Atletas, a exclusão do atleta no SIC/CEL será até a data prevista no Calendário Oficial da SESP, disponível no site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br) , para ambas as fases.

**Artigo 9º – As** Relações Nominais das Fases Sub-Regional e Regional serão compostas de no máximo:

**a)** 22 Atletas;

**b)** 01 Técnico;

**c)** 01 Assistente Técnico ou Preparador Físico;

**d)** 01 Massagista ou Fisioterapeuta ou Médico.

**Parágrafo Primeiro** – Para participação na Final Estadual, caso for inscrição única, o Município deverá até a data do bloqueio do SIC/CEL, gerar a relação nominal da fase Sub-Regional/Regional. Na Final Estadual, o sistema irá vincular os atletas da relação anterior;

**Parágrafo Segundo** – Após a realização de cada fase, o responsável deverá informar através de ofício e/ou e-mail oficial, as equipes classificadas para a fase seguinte;

**Parágrafo Terceiro** – Ao término de cada fase, os responsáveis deverão encaminhar o quadro estatístico e a relação de atletas e dirigentes punidos ao gestor do evento na Divisão de Esportes;

**Parágrafo Quarto** –As entidades indicadas como classificadas para a Fase Final Estadual que desistirem da participação deverão justificar através de ofício protocolado nas DREL ou IREL, dirigido à **Diretoria de Esportes e Lazer da sua Região**, no prazo estabelecido em Calendário Oficial para substituição pelo subsequente na classificação. **O município que não justificar dentro do prazo pré-estabelecido ficará impedido de participar no ano seguinte**

**Parágrafo Quinto** – Os municípios desistentes serão substituídos pelos municípios classificados a ordem subsequente de sua região. Não havendo interesse destes, serão convidados pela CEL/Diretoria de Esporte equipes que tenham participado da Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo no ano anterior, utilizando sempre o critério técnico de classificação;

**Parágrafo Sexto** – Em nenhuma hipótese poderá haver substituição de atletas na Relação Nominal.

**Artigo 10** – As Relações Nominais dos municípios classificados para a Fase Final Estadual serão vinculadas ao Sistema Integrado de Cadastro da CEL (aba sem vínculo), através do site da SESP – site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br) e deverão ser preenchidas com atletas relacionados nas fases anteriores.

**Parágrafo Primeiro** – Para a Final Estadual as equipes classificadas deverão definir, entre os atletas que constam na relação nominal original, os 12 atletas que irão participar;

**Parágrafo Segundo** – As relações nominais para a Fase Final Estadual deverão ser entregues na Comissão de Controle, na sede do evento, obedecendo cronograma do Calendário Oficial da SESP, que se encontra no site [www.esportes.sp.gov.br](http://www.esportes.sp.gov.br)

**Parágrafo Terceiro** – O não cumprimento do cronograma estabelecido nos itens deste artigo implicará no impedimento de participação da equipe.

## **VII – DOS JOGOS**

**Artigo 11** – Todas as partidas terão duração de 40 (quarenta) minutos, divididos em 04 períodos de 10 minutos cada, com intervalo de 01 (um) minuto entre o 1º e 2º períodos, de 10 (dez) minutos entre o 2º e 3º períodos e de 01 (um) minuto entre o 3º e o 4º períodos.

**Artigo 12** – A equipe que se encontrar a esquerda da programação deverá usar uniforme de cor clara, preferencialmente branco, e a equipe a direita da programação uniforme de cor escura. A equipe que estiver em desacordo com esse artigo terá (quinze) minutos, contados a partir da constatação do fato para efetuar a troca. Podendo a equipe do lado direito da programação usar do Fair Play e trocar ela o uniforme.

**Artigo 13** – Será admitida uma tolerância de 30 (trinta) minutos sobre o horário marcado para os jogos; exceto na Fase Final Estadual, quando esta tolerância será de 15 (quinze) minutos sobre o horário marcado. A equipe que não se apresentar nesse prazo, ou quando anunciada, perderá por não comparecimento, caracterizando "W.O."

**Parágrafo Único** – Será considerada a contagem de 20 x 0 para a partida não realizada por ausência de uma das equipes em todas as fases.

**Artigo 14** – Configuram abandono as seguintes situações:

- a)** Deixar de comparecer depois de inscrito;
- b)** Deixar de comparecer para disputar a última partida dentro de um turno quando não houver possibilidade de classificação para uma fase subsequente;
- c)** Deixar de comparecer para disputar a última partida dentro de um turno (Grupo Único) quando não houver possibilidade de ser primeiro colocado;
- d)** Duas ausências em jogos programados;
- e)** Desistir oficialmente da competição entre uma fase e outra;
- f)** Comparecer ao local das competições e se recusar a jogar;
- g)** Deixar de comparecer em qualquer partida no sistema de eliminatória simples.

**Parágrafo Primeiro** - As equipes que abandonarem as disputas em qualquer categoria e sexo serão desclassificadas e consideradas desistentes, ficando, ainda, sujeitas a outras penalidades que poderão ser aplicadas pelos órgãos judicantes da CEL;

**Parágrafo Segundo** – Configurado o abandono, serão considerados nulos os resultados das partidas já realizadas pela equipe na fase;

**Parágrafo Terceiro** – As Prefeituras Municipais e ou Responsáveis das Entidades nos casos citados deverão apresentar justificativa fundamentada por escrito, até as 17 (dezessete) horas do primeiro dia útil após o ocorrido, para apreciação da Chefia, que poderá encaminhar à Comissão Disciplinar.

## **VIII – FORMA DE DISPUTA**

**Artigo 15** – A Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo será regida pelas Regras oficiais em todas as fases, observadas as exceções previstas neste Regulamento.

**Artigo 16** – A Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo será disputada em 03(três) fases, classificando-se a primeira colocada para a fase subsequente, obedecendo os critérios definidos no sistema de disputa:

- 1 – Sub-Regional: Diretorias e Inspetorias Regionais;
- 2– Regional - Responsável: Diretorias Regionais de Esporte;
- 3 – Final Estadual - Responsável: Chefe do Comitê Dirigente do Evento.

**Parágrafo Único** – Os locais dos jogos serão programados pelo responsável da fase, procurando obedecer ao critério de proximidade entre os inscritos e de facilidade de locomoção e condições técnicas de realização.

**Artigo 17** – Em todas as fases estará classificada a equipe que obtiver o maior número de pontos. Em caso de empate, para efeito de classificação, quando o sistema for de turno, a decisão será obtida pelo seguinte critério:

**Parágrafo Primeiro – Entre 2 (duas) equipes:**

- a) Será decidido pelo confronto direto entre ambas.

**Parágrafo Segundo – Entre 3 (três) ou mais equipes:**

- a) A decisão primeira será pelo maior número de vitórias na Fase;
- b) Persistindo o empate entre algumas dessas equipes, classificar-se-á aquela entre as empatadas que obtiver o maior saldo de pontos nas partidas disputadas entre si na fase;
- c) Persistindo o empate entre algumas dessas equipes, classificar-se-á aquela entre as empatadas que obtiver o maior número de pontos nas partidas disputadas entre si na fase;
- d) Persistindo o empate entre algumas das equipes, classificar-se-á aquela entre as empatadas que obtiver o maior saldo de pontos average em todas as partidas realizadas na fase em que se deu o empate;
- e) Persistindo o empate entre algumas dessas equipes, a decisão será por sorteio.

**Parágrafo Terceiro** – Entende-se por saldo de pontos average o resultado da divisão entre o total de pontos feitos e o total de pontos sofridos pela equipe. Caso a equipe tenha 0 (zero) de pontos sofridos, será usado o coeficiente 0,99 (zero virgula noventa e nove) para a divisão.

**Artigo 18** – O responsável pela Fase resolverá os casos omissos atinentes ao Sistema de Disputa.

**Artigo 19** – A fase Final Estadual será disputada por 16 (dezesesseis) equipes, sendo:

- 14 (quatorze) classificadas das DREL's;
- Equipe campeã da última edição da Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo, desde que tenha participado de qualquer fase;
- Município sede, desde que tenha participado de qualquer fase.

**Parágrafo Primeiro** – Caso o município sede já esteja classificado, a vaga será ocupada pelo subsequente na classificação da Fase Regional;

**Parágrafo Segundo** – Será obedecido o Sistema de Disputa da CEL;

**Parágrafo Terceiro** – A composição dos grupos da Fase Classificatória ficará a critério da Comissão Técnica do Comitê Dirigente. Evitar-se-á que equipes da mesma região componham o mesmo grupo;

## **IX– DA PONTUAÇÃO**

**Artigo 20** – Na Fase disputada no sistema de turno, a tabela de pontuação será:

- Vitória: 02 (dois) pontos  
Derrota: 01 (um) ponto

Ausência: 00 (zero) ponto

## **X – DA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO**

**Artigo 21** – A Delegação de cada Município poderá ser composta por:

- a) 01 Técnico;
- b) 01 Assistente técnico ou Preparador Físico;
- c) 01 Massagista ou Fisioterapeuta ou Médico;
- d) 12 Atletas.

**Parágrafo Único:** Nenhum membro suplementar poderá figurar na Delegação.

## **XI – DOS TRANSPORTES – ALIMENTAÇÃO – HOSPEDAGEM**

**Artigo 22** – O Município-sede deverá providenciar junto aos órgãos competentes e disponibilizar alimentação e alojamento em bom estado e o local deverá oferecer boas condições de higiene e conforto para acomodar os Atletas e Dirigentes das delegações.

**Parágrafo Primeiro** – A representação municipal será responsável pela boa conservação dos alojamentos que lhes forem reservados, obrigando-se a acatar as ordens disciplinares e a indenizar o Comitê Organizador pelas avarias verificadas no material posto a sua disposição;

**Parágrafo Segundo** – A representação municipal que fizerem a opção por não alojar nos locais disponibilizados pelo município sede deverão comunicar o fato, através de ofício encaminhado diretamente à Diretoria de Esporte e Lazer da respectiva região, com cópia para o Chefe do Comitê Dirigente, isentando, a partir daí, de qualquer responsabilidade os Comitês Dirigente e Organizador, sendo sua participação no evento de inteira responsabilidade de seus dirigentes;

**Parágrafo Terceiro** – Cada participante deverá trazer roupa de cama, banho, prato, copo e talheres;

**Parágrafo Quarto** – A representação municipal deverá levar colchões em número condizente com os componentes da delegação;

**Parágrafo Quinto** – O dirigente deverá comunicar ao Comitê Organizador, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a hora em que a delegação deixará o Município-sede, para fim de vistoria nos respectivos alojamentos;

**Parágrafo Sexto** – É proibido que pessoas que não constem nas Relações Nominais permaneçam ou desfrutarem da alimentação e hospedagem na Fase Final Estadual.

**Artigo 23** – O transporte intermunicipal será de responsabilidade do município participante, bem como o transporte interno durante a competição.

## **XII – DA ARBITRAGEM**

**Artigo 24** – A arbitragem será de responsabilidade da Secretaria de Esportes. Os árbitros deverão estar, obrigatoriamente, cadastrados, no Sistema Integrado de Cadastro da CEL.

## **XIII – DA JUSTIÇA DESPORTIVA**

**Artigo 25** – O atleta, técnico, assistente técnico ou dirigente desqualificado pelo árbitro estará automaticamente suspenso por uma partida, independente das punições que lhes poderão ser impostas pela Comissão Disciplinar.

**Parágrafo Primeiro** – Independente de publicação em Boletim Oficial, a responsabilidade de controle de suspensões aplicadas é do município participante;

**Parágrafo Segundo** – A equipe em que o atleta participar irregularmente será considerada perdedora, independentemente das penalidades que poderão ser aplicadas pela Comissão

Disciplinar.

**Artigo 26** – O prazo para os municípios interporem representações, acompanhadas de provas, nas Fases Sub-Regional e Regional, será até as 17h do 1º dia útil após o término do jogo. Para a Fase Final Estadual o prazo será de 03 (três) horas após o término do jogo, desde que acompanhadas de provas. Após esses prazos o resultado estará automaticamente homologado, não cabendo mais representações.

**Artigo 27** – A Justiça Desportiva será exercida pelos órgãos judicantes da CEL nas respectivas jurisdições.

**Artigo 28** – Para a Final Estadual, a Justiça Desportiva será exercida pela Comissão Disciplinar Especial de Justiça Desportiva.

**Parágrafo Primeiro** – Nos termos do Artigo 217, § 1º, da Constituição Federal, para se recorrer ao Poder Judiciário será necessário esgotarem-se todas as vias da Justiça Desportiva, citado no Parágrafo Único do Artigo 1º do Código de Justiça Desportiva da CEL;

**Parágrafo Segundo** – O prazo para apresentação de recurso às decisões das Comissões Disciplinares Permanentes ou Comissão Especial será de acordo com o Artigo 32 do Código de Justiça Desportiva da CEL.

#### **XIV – DOS UNIFORMES E PUBLICIDADE**

**Artigo 29** – O nome dos Municípios impressos nas camisas utilizadas pelos atletas em todos os jogos do evento é obrigatório e de responsabilidade dos mesmos.

**Parágrafo Primeiro** – Não será permitido, sob quaisquer hipóteses, o uso de pincéis, canetas, fitas adesivas e outros para tal fim;

**Parágrafo Segundo** – Será permitida a inscrição dos nomes ou logomarcas de patrocinadores, sendo vedado patrocínio que se relacione com propaganda política, fumo ou produtos incompatíveis com a prática desportiva;

**Parágrafo Terceiro** – Aos componentes da Comissão Técnica, bem como aos membros da área médica e ou ao massagista, fica proibido o uso de short/bermuda, chinelo e sandália quando estiverem dirigindo ou representando suas equipes.

**Artigo 30** – Todos os jogadores devem usar uniformes idênticos. Todas as camisas deverão ser numeradas na frente e nas costas conforme regra da modalidade. As meias devem ser de uma cor predominante, prevalecendo o disposto no parágrafo primeiro do artigo 29.

**Artigo 31** – Os responsáveis pela execução do certame impedirão a participação das equipes que se apresentarem uniformizadas em desacordo com as normas estabelecidas.

**Artigo 32** – A publicidade de qualquer gênero só poderá ser realizada mediante autorização expressa da SESP-CEL, cabendo a esta lugar de destaque em todas as inserções, com exceção da constante dos uniformes de jogos e competições dos municípios participantes.

#### **XV – DO CERIMONIAL E DA PREMIAÇÃO**

**Artigo 33** – No Cerimonial de Abertura todas as entidades municipais, devidamente uniformizadas, deverão, obrigatoriamente, participar com o número de atletas estabelecido pelo Comitê Dirigente.

**Artigo 34** – Aos Campeões, Vice-Campeões e 3º Colocados na Fase Final Estadual serão conferidos troféus de posse definitiva oferecidos pela SESP-CEL.

**Artigo 35** – A SESP-CEL oferecerá medalhas a todos os atletas e comissão técnica classificados em 1º, 2º e 3º lugares na Fase Final Estadual.

**Parágrafo Único** – Durante o Cerimonial de Premiação os atletas e comissão técnica deverão estar devidamente uniformizados, caso contrário estarão impedidos de participar.

## **XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 36** – As competições da Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo serão regidas por este Regulamento, assim como pelas Regras Oficiais.

**Parágrafo Primeiro** – As pessoas físicas e jurídicas que participarem da Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo serão consideradas conhecedoras do Código de Justiça Desportiva da CEL e das disposições contidas neste Regulamento;

**Parágrafo Segundo** – Em relação ao reposicionamento de gênero, será adotado como critério nos casos tidos como de transgêneros, o consenso do Comitê Olímpico Internacional.

**Artigo 37** – O Boletim (eletrônico ou impresso) expedido pelo Comitê Dirigente será o meio de comunicação oficial junto aos participantes, podendo, em casos excepcionais, serem expedidos comunicados.

**Artigo 38** – Os órgãos promotores não se responsabilizarão por acidentes ocorridos com atletas antes, durante ou depois de quaisquer jogos, cabendo aos municípios participantes as providências quanto as condições de aptidão física / clínica do atleta para a prática da modalidade.

**Artigo 39** – A inscrição na Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo implica na anuência e irretratável permissão de uso do nome, imagem e voz dos inscritos pelo Governo do Estado de São Paulo para a transmissão, cobertura jornalística e divulgação do evento e das atividades da SESP, no Brasil e no exterior, através de quaisquer veículos de comunicação, mídias ou modalidades existentes de exploração de imagem e som, pública ou privada.

**Artigo 40** – Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Coordenadora de Esporte e Lazer ou seu representante.

**Artigo 41** – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.